

## TEOLOGIA POLÍTICA: TECENDO UM PANORAMA DESDE CARL SCHMITT, JOHANN BAPTIST METZ E JÜRGEN MOLTSMANN.

Daniela Senger (\*)<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo intenta tecer um panorama entre a teologia política originada em Carl Schmitt e a nova teologia política a partir de Jürgen Moltmann e Johann Baptist Metz. Para tanto, caberá a esse labor científico definir o que é a teologia política, como se deu o seu surgimento e qual a distinção crítica existente entre a teologia política e a teologia pública. O labor teórico também trará conceitos básicos acerca da teologia política, reconhecendo, assim, os desafios impostos pela realidade vigente, deveras relevante frente à acirrada discussão quanto ao papel da religião no espaço da vida pública. Conclusivamente, percebe-se uma grande diferença entre a teologia política de Carl Schmitt – que vem a ser uma teologia política jurídica – e a nova teologia política de Moltmann e Metz, que centra sua existência teológica em uma “atuação política democrática”, ou, como ambos os autores supracitados afirmam, uma “hermenêutica política do Evangelho”. Quanto à distinção entre teologia política e teologia pública, existem inúmeros pontos que as aproximam, mas essas duas instâncias não são sinônimas, ao passo que exibem suas inegáveis peculiaridades no que tange seus modos e limites de atuação.

**Palavras-chave:** Teologia Política. Teologia Pública. Espaço Público.

### Abstract

This article attempts to weave a view of the political theology originated in Carl Schmitt and the new political theology from Jürgen Moltmann and Johann Baptist Metz. To this end, this scientific work is to define what political theology is, how it arose and what the critical distinction between political theology and public theology is. The theoretical work will also bring about basic concepts concerning political theology, thus recognizing the challenges posed by the current reality, rather relevant as we face deep discussions regarding the role of religion in the space of public life. Conclusively, we can see a huge difference between the political theology of Carl Schmitt – which happens to be a “legal” political theology – and the new political theology of Moltmann and Metz, which focuses its theological existence in a “democratic political performance,” or, as both authors cited above claim, a “political hermeneutics of the Gospel.” Concerning the distinction between political theology and public theology, there are numerous points that approach them, but these two instances are not synonymous, while displaying their undeniable peculiarities regarding their ways and limits of performance.

**Keywords:** Political Theology. Public Theology. Public Space.

### Introdução

---

<sup>1</sup> (\*) Daniela Senger. Mestranda em Teologia pela Faculdades EST. Bolsista CNPq. [danysenger@yahoo.com.br](mailto:danysenger@yahoo.com.br) O presente artigo é parte de uma monografia do mestrado: Teologia Política: tecendo um panorama desde Carl Schmitt, Johann Baptist Metz e Jürgen Moltmann. Orientador: Dr. Rudolf Von Sinner.

O presente artigo intenta traçar um panorama entre a teologia política originada em Carl Schmitt (de forma mais breve) e a nova teologia política a partir de Jürgen Moltmann e Johann Baptist Metz. Igualmente, buscar-se-á tecer as principais e mais pertinentes características da nova teologia política, especialmente desde Jürgen Moltmann, Johann Baptist Metz e Rosino Gibellini.

Para tanto, também caberá a esse labor científico, além de definir o que é a teologia política – situando-a histórica e empiricamente – como se deu o seu surgimento, definir qual a distinção crítica existente entre a teologia política e a teologia pública na atualidade, consultando especialmente dois estudiosos: Max L. Stackhouse e Harold Breitenberg.

### **Apontamentos introdutórios gerais**

A Teologia Política a partir de Johann Baptist Metz, fortemente endereçada no fim dos anos 60, trazia consigo a função de ser concomitantemente negativa e positiva. A tarefa negativa estaria em coibir a teologia de se trancafiar atrás de paredes privadas, realidade posta diante do iluminismo, que trouxe uma cisão entre religião e sociedade, e do Marxismo, que criticou fortemente o caráter ideológico da religião na sociedade e nas relações de poder. Ante estas acusações, a Igreja tornou-se muito e demais privada. A tarefa positiva da teologia política seria “desenvolver as implicações públicas e sociais da mensagem cristã”<sup>2</sup>, não deixando de endereçar de forma crítica os questionamentos lançados pelo iluminismo e marxismo, a fim de lançar mão de uma nova relação entre teoria e prática, perseguindo sua missão bíblica e escatológica que, de forma alguma, está e é privada, mas é verdadeiramente pública, assim como a cruz de Jesus Cristo e “o escândalo desta salvação são públicos,” como aponta Metz em sua obra “Teologia do mundo.”<sup>3</sup>

Pode-se dizer que a Teologia Política vem a ser, outrossim, uma teologia “consciente”, cujos pés estão realmente fincados na terra do social e público, cujos olhos estão realmente abertos frente ao mundo, palco da atuação redentora e escatológica de Deus, seu Reino. Essa atuação política e consciente da teologia vai e deve ir além da teoria e iluminação do pensamento, seu destino final é a

---

<sup>2</sup> GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 302.

<sup>3</sup> METZ, Johann B. *Sulla teologia del mondo*. Brescia: Queriniana, 1968. *apud* GIBELLINI, 1998, p. 302.

transformação eficaz e empírica da realidade social. A linguagem cristã precisa ser materializada, saindo do campo privado e iluminado para o campo público e transformador, no sentido real do termo.<sup>4</sup>

Segundo Gibellini, a Teologia política, em seus diferentes nascedouros (Metz, Moltmann, etc.) é um “movimento teológico interconfessional diversificado<sup>5</sup>”. Preocupa-se, de forma integral e plural, com o ser humano enquanto povo, ou seja, sua razão de ser é a vida real, autêntica e cotidiana de todas as pessoas, portadoras da promessa de liberdade e libertação. Essa liberdade precisa ser assegurada a todos os seres humanos, já agora, em termos mais reais e sociais e menos teóricos e individualistas.

Gibellini (1998) ressalta que após o seu nascimento, a teologia política, naturalmente, passou a ser analisada e discutida de forma ampla. A primeira questão girava em torno da sua nomenclatura. Como evitar confusões quanto a esse nome já conhecido classicamente em épocas remotas da antiguidade pagã e também do cristianismo em que a teologia política servia ao poder e ideologia estatal, pura e primeiramente? Metz fala, então, de uma “nova” teologia política. Para ele, é necessário despir-se do antigo sentido do que era o termo “político” antes do iluminismo. Agora, o “político” da teologia política refaz-se em termos libertadores e críticos, centrados na vida humana, sem o seu *ethos* ideológico.

Nesse sentido, “a teologia política não pode ser encarada como teoria, da qual se deduz a práxis política, e sim como hermenêutica política do Evangelho, segundo a formulação de Moltmann, ou, como precisa Metz, como hermenêutica teológica de uma ética política.”<sup>6</sup>

Outra questão discutida a partir da teologia política foi o par “relevância e identidade”. A teologia política afirma a missão pública da Igreja. Nesse sentido, a identidade da Igreja apenas é possível quando esta estiver em concomitância com a relevância. E como isso se dá? A relevância é apenas possível no campo da realidade histórica da liberdade. A Igreja não pode trancafiar-se em paredes privadas, mantendo-se a par das reivindicações latentes por transformação social, frente ao caos e problemas sociais de seu tempo. Porém, o ser relevante no mundo é uma via de mão dupla, pois necessitará integrar-se e adaptar-se ao mundo,

---

<sup>4</sup> METZ, 1968, *apud* GIBELLINI, 1998, p. 303 – 304.

<sup>5</sup> GIBELLINI, 1998, p. 307.

<sup>6</sup> GIBELLINI, 1998, p. 308.

secularizando-se, e, também, se admitindo como seita para sobreviver sociologicamente.<sup>7</sup>

Nesse sentido, Metz reitera que a Igreja jamais pode revelar-se como seita em termos teológicos. Deve manter sua identidade de forma pública, para além de suas tradições. Deve viver entre os seres humanos, presente no mundo com sua identidade, de forma relevante<sup>8</sup> Com isso concorda Moltmann, que aponta para a teologia política como capaz de implantar essa “síntese de identidade e relevância: relevância por meio da identidade.”<sup>9</sup>

Indo mais fundo na história, buscou-se também um entendimento do termo a partir da teologia política do início do século (1922), protagonizada por Carl Schmitt e discutida por Erik Peterson. Este último rebateu veemente a reedição da teologia política de 1934 ao dizer que a teologia cristã não conseguiria ser ou se tornar política por conta do monoteísmo<sup>10</sup>, segundo Peterson, esse seria um problema político.<sup>11</sup>

Segundo Gibellini, ao desenvolver sua tese sobre a teologia política, Carl Schmitt demonstra que esta é

um interesse histórico-genérico, na medida em que mostra a formação dos conceitos políticos modernos a partir dos conceitos teológicos; sistemático, enquanto afirma uma correspondência entre dois níveis de realidade, a realidade política e a religiosa; e ao mesmo tempo metodológico, pois aponta um novo caminho para a sociologia da conceptualidade jurídica.<sup>12</sup>

A teologia política de Carl Schmitt é, na verdade, uma teologia política jurídica, ao afirmar que conceitos jurídicos são conceitos teológicos: “todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderna são conceitos teológicos secularizados.”<sup>13</sup>

Moltmann transformará as críticas da teologia (ou religião) política tradicional e primeira, desenhadas por Peterson, em uma “nova teologia política.” De acordo com Peterson, a teologia política cristã não pode conformar-se em ser religião

<sup>7</sup> BERGER, P. “Contributo alla sociologia di minoranze conoscitive”, In *Dialogo: Sociologia e religione*. Brescia: Morcelliana, 1969. *apud* GIBELLINI, 1998, p. 309-310.

<sup>8</sup> METZ, 1970, p. 111 *apud* GIBELLINI, 1998, p. 310.

<sup>9</sup> GIBELLINI, 1998, p. 311.

<sup>10</sup> PETERSON, Erik. *Il monoteísmo como problema político*. Brescia: Queriniana, 1983.

<sup>11</sup> GIBELLINI, 1998.

<sup>12</sup> GIBELLINI, 1998, p. 311.

<sup>13</sup> SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: DelRey, 2006. p. 35.

política clássica ou “religião civil”<sup>14</sup> – ou seja, a que “explica uma função de legitimação religiosa de uma ordem política”<sup>15</sup> – pois sua unicidade encontra-se exatamente na trindade, que comporta a cruz do Filho, e essa “cruz”, na teologia política cristã, requer uma posição crítica e libertadora frente aos poderes ideológicos e de dominação, especialmente em detrimento dos pobres e marginalizados.<sup>16</sup>

Ao falar de teologia política como um par da ética política, Moltmann afirma que a ética política mostra o caminho que a primeira deve seguir, servindo-lhe de luz. Ou seja, é a “ética da esperança” articulando-se em “resistência” e “antecipação” e a “ética messiânica” que cinge a vida como um todo e se faz verdade nas lutas por justiça, direitos humanos, liberdade, solidariedade, paz ecológica e é, dessarte, contrária a tudo que priva o ser humano dessas dimensões supracitadas: opressão, exploração, alienação, destruição, apatia e “morte.”<sup>17</sup>

### **A nova teologia de Jürgen Moltmann**

Inicialmente, Moltmann apresenta a teologia política como sendo a pergunta constante quanto à relação que se estabelece entre o discurso da religião e a posição do Estado político através dos tempos. A unidade antiga e natural que havia entre religião e política na *polis* foi se perdendo ao passo que as Igrejas foram se reconhecendo como mais independentes e sujeitos de suas próprias ações religiosas. Além disso, as emergentes diferenças reconhecidas entre essas duas instâncias trouxeram uma dificuldade unitária ainda maior.<sup>18</sup>

Em seu tempo, Moltmann já dizia que a função da teologia política está em questionar e ocupar a discussão acerca das relações que se estabelecem entre a religião e a sociedade, identificando e encarando os diferentes focos e posições dos “interesses” através dos tempos, os quais podem se revelar como correspondentes ou contraditórios.<sup>19</sup> Assim, a teologia política exerce um caráter de “verificadora da

<sup>14</sup> Cf. Robert Bellah: sociólogo Americano que trabalha com o conceito de religião civil nos Estados Unidos da América. BELLAH, R. N. La religione civile in America, in *La secolarizzazione* (1967). Org. S. Acquaviva & G. Guizzardi, Bologna: Il Mulino, 1973.

<sup>15</sup> GIBELLINI, 1998, p. 314,

<sup>16</sup> GIBELLINI, 1998.

<sup>17</sup> MOLTSMANN, 1984, *apud* GIBELLINI, 1998, p. 321.

<sup>18</sup> MOLTSMANN, JÜRGEN. *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

<sup>19</sup> MOLTSMANN, 2000, p. 199.

realidade”, enxergando e estando além de si mesma, misturando-se naturalmente na realidade histórica de seu tempo.

Moltmann nos remete à verdade de que tentar reestabelecer a unidade entre religião e política é totalmente negável, visto que a teologia política (cristã) não apoia um monoteísmo político, tampouco pode deixar de averiguar as “*correspondências de Deus*” no seu mundo e tempo e “na constituição política de um corpo social.”<sup>20</sup> A Igreja não deve se dissolver no Estado, mas, sim, andar e optar politicamente apenas em consonância com a verdade do Deus Uno e Trino, com suas bases de fé. A Trindade está para o mundo, assim lhe quer ver e lhe atribui caráter nato: *relações* entre os seres humanos de forma significativa e realmente humana; *relações* não baseadas em poder e “*mercadorismo*”. As *relações* sociais de um para com os outros refletem, igualmente, a Imagem e Semelhança de Deus.<sup>21</sup>

Ao servir ao mundo e aos seres humanos incondicionalmente, O Filho crucificado traz liberdade aos seres humanos pecadores. No crucificado, se estabelece o reino da liberdade, cuja face é o próprio Cristo. “O Filho, portanto, “governa” pelo seu abandono ao sofrimento e à morte, que representam a sua ação mediadora, e pela sua ressurreição para o reino da glória que há de vir. Ele ‘reina’ na medida em que ‘nos liberta para a liberdade’(Gl 5,1).”<sup>22</sup> Essa nova criação liberta nasce e vive no Espírito, que pressupõe o Reino do Pai e o Reino do Filho, e Neles e com Eles “aponta para o reino escatológico da glória,”<sup>23</sup> ou seja, todo o agir de Deus através dos tempos está para a consumação do reino da Glória, confirma Moltmann.

De acordo com Moltmann (1984), o ressurgimento da teologia política se deu com a necessidade de criticar e reformar a atuação da Igreja na esfera social e política na modernidade, em contexto europeu, desenhando-se com traços católicos e protestantes, sendo, dessarte, ecumênica. Um esforço conjunto frente aos questionamentos quanto à relevância e atuação da Igreja em tais dias, em termos sociais, políticos e psicológicos. Verificar-se-ia, a partir da teologia política, até que ponto a tradição religiosa colocava-se como operante na promoção de libertação, liberdade e humanização, indo além do discurso para a ação, sem negar que a religião e a política, entidade distintas e separadas, inevitavelmente se encontram e

---

<sup>20</sup> MOLTSMANN, 2000. p. 204.

<sup>21</sup> MOLTSMANN, 2000.

<sup>22</sup> MOLTSMANN, 2000. p. 215.

<sup>23</sup> MOLTSMANN, 2000. p. 216.

caminham juntas em vistas do bem comum.<sup>24</sup> Como a Igreja se porta nessa relação? Qual é sua função social e política?<sup>25</sup>

A teologia política chama todas as teologias cristãs num esforço promotor de consciência quanto a sua essência política, já que, de acordo com Moltmann (1984), não existe nenhuma teologia que seja apolítica, ainda que tentem ou neguem esse fato com posições de neutralidade, tal aceção é equivocada. Portanto, a teologia política busca uma posição cristã na atuação dos cristãos em termos políticos, e não uma politização da Igreja.

A esperança contida na promessa escatológica chama a atitude responsável do crente e da Igreja, para além de posições morais, para uma atuação baseada em uma nova concepção escatológica da teologia cristã, arraigada na história bíblica com vistas ao futuro escatológico. A escatologia é o fundamento primeiro da nova teologia política. Assim, na Europa, essa nova teologia política alicerçou-se na “teologia da esperança”, supradito acima. A espera escatológica jamais se põe como neutra no mundo, ela resiste e busca eliminar a opressão e assegurar a salvação e a libertação ao miserável e ao pecador.<sup>26</sup>

A morte de Cristo que e o que ela traz se estende para fora das “portas” da religião, assim como a esperança na salvação não é privada, não é somente espiritual, nem religiosa. Essa salvação é pública, corporal e política. É integral e dimensional a partir da própria vida. Conforme já exposto acima, ao falar de uma hermenêutica messiânica da história, Moltmann assume que, a partir dessa hermenêutica, enxergamos criticamente nosso presente ao nos remetermos ao passado histórico, e, assim, somos impulsionados a transformar o mundo já hoje, em vistas de um futuro em Deus, um futuro escatológico e esperançoso no porvir. De modo semelhante, propõe-se a hermenêutica política, que nada mais é do que um “agir” integral, sendo praticada na atuação, vivência e paixão cristã. Esta teologia não pode viver e surgir apenas em nível teórico e reflexivo, está para viver no mundo a esperança no Reino de Deus. É uma teologia que vive de teoria e prática, de articulação e de ação, não é para os especialistas, vive no meio do povo sofrido,

---

<sup>24</sup> MOLTSMANN, Jürgen. *On human dignity: political theology and ethics*. Philadelphia: Fortress Press, 1984. Cf. MARTY, Martin E. *Politics, Religion and the Common Good*. San Francisco: Jossey – Bass Publisher, 2000.

<sup>25</sup> MOLTSMANN, 1984.

<sup>26</sup> MOLTSMANN, 1984.

oprimido, doente e sedento por libertação.<sup>27</sup> Teoria e prática estão e são totalmente imbricadas.

### A Teologia Política de Johann Baptist Metz

Johann Baptist Metz vê como indispensável a relação da teologia com as outras ciências humanas, sempre arraigada no *seu* tempo e espaço, nunca alienada e longe das pessoas, para quem ela quer sabiamente falar.<sup>28</sup> Quanto à missão da teologia, Metz encerra que esta não pode alienar-se da sociedade e do mundo, visto que em seu cerne está a natureza de ser responsabilidade crítica da fé cristã. A teologia, em termos práticos e teóricos, está diretamente ligada a tudo que é social e público. Sua missão também se estende a responder e endereçar problemas públicos, de modo a zelar por direito e liberdade: ela deve ser “Teologia Política”.<sup>29</sup>

A teologia política tem como missão

tomar a sério a velha e sempre idêntica missão da Teologia cristã: falar do Deus de Jesus pelo fato de procurar demonstrar as relações existentes entre a mensagem cristã e o mundo atual e traduzir a tradição da fé como memória não concluída e perigosa.<sup>30</sup>

A Teologia, para ser verdadeiramente “Teologia”, precisa ser e estar totalmente voltada para a verdade da mensagem de Deus para que ela seja, então, prática e crítica frente à realidade do mundo presente.

Em Cristo e na fé, a Igreja encerra a esperança e a antecipação de um futuro para todos por meio de uma memória histórica escatológica de liberdade, especialmente para os cansados e sobrecarregados de desesperança. Essa realidade e essa promessa nos fazem olhar o presente com outros olhos, com outra exigência. Por que acreditamos nesse futuro libertador, somos impelidos a mudarmos também nosso presente, tornando o cada vez mais justo. Para Metz isso se chama a “memória subversiva” da fé, fisicamente representada pela instância da Igreja.<sup>31</sup>

Metz acentua que há a crítica moderna de que a Igreja atual possa estar vivendo um tempo de poucas “cores”, pouca atuação, pouca memória escatológica,

<sup>27</sup> MOLTMANN, 1984, p. 104 - 107.

<sup>28</sup> Metz, Johann Baptist. *Teologia Política*. Trad. Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

<sup>29</sup> METZ, 1976.

<sup>30</sup> METZ, 1976, p. 65.

<sup>31</sup> METZ, 1976.



cuja função social atuante está parcialmente interrompida. O passado e as desilusões que perpassam a consciência histórica dessa Igreja em crise exigem práxis nova e radical, que pode, sim, ser dolorosa. Uma reforma eclesiológica interessada na identidade e continuidade histórica da Igreja se faz urgente.<sup>32</sup>

Nesse sentido, Metz também reflete sobre a crise pessoal do fiel frente à realidade eclesial posta, a qual está relacionada com a característica de “isolamento unilateral da Igreja, sua existência pública e sua autoridade frente à história moderna da liberdade e iluminismo”:<sup>33</sup>

Uma das causas de crise eclesial em nossos dias<sup>34</sup> não é o excesso de crítica, mas a falta catastrófica do exercício de uma liberdade crítica fundamental. Esta falta converte o “rebanho de Cristo” em centro de crise (Krisenherd) na Igreja de amanhã. A “maioria silenciosa” tornou-se uma instância muito duvidosa. Não menosprezemos a crise de identidade religiosa de nossas piedosas mães! Quem as salvará de um dano indiferentismo ou de uma resignação cética devido ao abismo sempre maior entre a instituição eclesiástica e os fieis?<sup>35</sup>

A Igreja não pode fugir de suas indicações práticas. A partir de seu testemunho de liberdade, deve buscar suprimir todo tipo de miséria nas realidades políticas. Se a Igreja se posta neutra, está concretizando a opressão e injustiça em vez de realizar sua missão de promover uma liberdade social crítica posterior a espiritualidade da liberdade libertada, que de forma alguma é posta aqui como “ópio do povo”, mas, sim, como capacidade de sentir a dor alheia e reconhecer no outro o nosso próximo. Essa dor que sentimos pelo outro é totalmente palpável e real. A “igreja” (visível) estará sendo “Igreja” (Invisível) de Cristo apenas quando sua natureza mostrar-se realmente ciente quanto à dor alheia e ao lado do oprimido.<sup>36</sup>

## **Teologia Política e Teologia Pública**

Nesta parte do estudo, olhar-se-á para a teologia política no limiar e em contraponto com a teologia pública, a qual atualmente passa a ocupar um lugar

<sup>32</sup> METZ, 1976.

<sup>33</sup> METZ, 1976, p. 71.

<sup>34</sup> 1970.

<sup>35</sup> METZ, 1976, p. 71.

<sup>36</sup> METZ, 1976, p. 69 -70.

relativamente “novo” no campo da *teologia*. Nossa investigação contará com dois estudos encabeçados por Max L. Stackhouse<sup>37</sup> e E. Harold Breitenberg, Jr.<sup>38</sup>

É notório, desde seu termo, que a teologia pública perpassa inúmeros campos da vida comum, adentrando áreas como a filosofia, direito, direitos humanos, economia, sociologia, ecologia, etc. e também veiculada naturalmente na esfera política e na mídia, hoje estando intimamente ligada a teologia ética. A partir de sua abrangência, o termo tem gerado discussões e confusões quanto ao escopo “oficial” que entrega, devido às inúmeras abordagens e literaturas que a lhe deram origem e também devido a uma gama de conceitos e termos considerados semelhantes, cujos cunhos centrais são concomitantes.<sup>39</sup>

Segundo Stackhouse, em Metz e Moltmann temos “teologias políticas democráticas,” no sentido de que a pessoa religiosa não é a única a ser chamada a preocupar-se com questões públicas, mas as leis e diretrizes políticas devem ser olhadas e lapidadas a partir de um olhar ético e teológico.<sup>40</sup>

O termo “teologia pública” surgiu em cenário americano, emergindo pelas mãos e mente do historiador da religião Martin Marty, nos anos 70. Simpatizou-se com a ideia de que uma teologia pública lidaria com questões de cunho tradicional até então deixadas relegadas a um segundo plano. Sua essência se monta a partir da interação com a Bíblia, filosofia e “na responsabilidade da comunidade eclesial em se fazer parte de um discernimento histórico e de uma reforma da ordem social.”<sup>41</sup> A religião idólatra, chauvinista ou alheia às lutas por transformação da esfera social é criticada e negada. A ordem é *realismo social e ético* como fomentos de transformação positiva da realidade social e aplicação da justiça de forma realmente empírica.

Esta teologia pública – confirma Stackhouse – não se conforma com a realidade social e cultural posta como faz a religião civil, mas muda-a. Outrossim, não é sua meta perseguir transformações e poder político no campo utópico, mas sua realização está na mudança “grão em grão”, posta a realidade de imensa

---

<sup>37</sup> STACKHOUSE, Max L. Civil Religion, Political Theology and Public Theology. In: *Political Theology* 5.3 (July 2004): 275-293.

<sup>38</sup> BREITENBERG, Harold. *To tell the truth: will the real public theology please stand up?* Journal of the Society of Christian Ethics, ano 23, n. 2, p. 55-96, 2003.

<sup>39</sup> BREITENBERG, 2003.

<sup>40</sup> STACKHOUSE, 2004.

<sup>41</sup> STACKHOUSE, 2004, p. 284.

errância. O caráter da teologia pública recai sobre um ideal mais reformista do que revolucionário, para si fica a missão de ser impreterivelmente real e realista.<sup>42</sup>

Teologia pública é “pública” porque contraria a ideia de que o “político” está acima do “público”. A sociedade em si é *primeira*. À política importa mais a sociedade e suas instâncias (também religiosas) do que a religião e a sociedade precisam da política. Digamos que a teologia pública coloca os pingos nos “is” no que tange a ordem natural da vida (pública). Política está para o povo e não o povo para a política.<sup>43</sup>

Nesse sentido, criticam-se as mudanças que a política, muitas vezes, promove. Elas têm mero caráter superficial, não vão à base e fundamento da crise social. Porém, não é por isso que a teologia pública precisa ser vista como “antipolítica”, assegura Stackhouse, pois acredita, por exemplo, que a política assegura ao coletivo a realização de “obras” e benefícios que não seriam realizáveis pelo indivíduo. É a política que deve servir a sociedade e suas instâncias, não sendo dela “artífice.”

Um povo preparado para enxergar as possibilidades do pecado e a realidade da verdade e justiça por uma teologia séria encontrará maneiras de organizar e controlar as instituições políticas a fim de que estas não busquem compreender ou dominar a vida.<sup>44</sup>

Outro aspecto central que separa a teologia política e a teologia pública de uma igualdade é o fato de que a teologia pública geralmente adquire e cultiva uma “teoria social da política,” ao passo que a teologia política tende a ver a sociedade com olhos políticos. A teologia política, por outro lado, tem na política a compreensão da sociedade e julga ser ela a instância capaz de promover “justiça pública”. A política trabalha por “acumulação, organização e exercício de um tipo de poder que se vê como responsável pelo controle e liderança de todas as instituições sociais parte de si.” Com diferentes abordagens e de diferentes maneiras, inclusive o uso da força, decide-se a manter o poder de “guiar, limitar, delegar e comandar” o tudo e o todo social, assemelhando-se ao socialismo.<sup>45</sup>

Anterior às ordens políticas estão questões que concernem à sociedade moral e espiritualmente. É preciso admitir que na há nada que se incorpore na

<sup>42</sup> STACKHOUSE, 2004.

<sup>43</sup> STACKHOUSE, 2004.

<sup>44</sup> STACKHOUSE, 2004. p. 286. (tradução nossa)

<sup>45</sup> STACKHOUSE, 2004. p. 288. (tradução nossa)

esfera pública livremente, ou seja, sem que tenha sido anteriormente crivado pela visão e “tradições religiosas, culturais, familiares, econômicos e sociais.” Poderíamos dizer que a política governamental é serva dessas tradições?<sup>46</sup>

A teologia pública, então, também se ocupa com duas perguntas pertinentes nesse tocante: “como as organizações pré-políticas da vida se organizam e quais assunções éticas ou religiosas elas buscam encarnar,” concluindo que as teorias sociais que lhe interessam primeiramente tem seu molde “manufaturado” pela religião. Frente a uma emergente sociedade civil cuja ordem política é pouco específica, fica a pergunta quanto à teologia pública Cristã e sua capacidade de promover reflexões e “saídas” de fato realísticas nesse âmbito em tensão.<sup>47</sup>

Ambas a teologia pública e a teologia política entendem que sua essência não está em simplesmente transpor *sentimentos* com relação às questões públicas, mas antes erguer a *voz* e *atitude* quanto àquilo que creem ser a “fonte reveladora” que as guia de forma normativa. Desta forma, atuam impactando as diretrizes e vida da sociedade por meio das posições dos próprios indivíduos que as formam a partir de uma posição central.<sup>48</sup> A teologia publica e a teologia política

mostram-se, eventualmente, na formação de ordens políticas constitucionais que servem às pessoas, protegem os direitos humanos e permitem que as diversas instituições e esferas de uma sociedade pluralística floresçam na glória de Deus, e por meio de sua correção constantemente profética e sacerdotal e altivamente mútua, servem ao bem estar de uma comunidade de comunidades inevitavelmente pecadora, mas moralmente e espiritualmente edificada.<sup>49</sup>

Assim, percebe-se que a teologia pública tem características comparáveis a outros termos semelhantes a si, como a teologia política, a ética pública, religião civil, etc., por exemplo; mas, cabe dizer, que pontos em comum não revelam total unicidade. A teologia pública não é nenhuma destas, é única e desdobra-se em suas especificidades.<sup>50</sup>

A preocupação da teologia pública vai além da política e suas instituições e como os crentes vivem dentro dela e tem ou não seus direitos assegurados. Esta quer, sim, ser uma teologia que atende e visa a todos e os diferentes públicos:

<sup>46</sup> STACKHOUSE, 2004.

<sup>47</sup> STACKHOUSE, 2004. P. 289. (tradução nossa)

<sup>48</sup> STACKHOUSE, 2004.

<sup>49</sup> STACKHOUSE, 2004. p. 291. (tradução nossa)

<sup>50</sup> BREITENBERG, 2003.

“religioso, acadêmico, político e econômico,” estando sua natureza intimamente ligada à teologia e à ética.<sup>51</sup>

A teologia pública é um discurso público, informado teologicamente, sobre questões públicas, endereçadas a Igreja, sinagoga, mesquita, templo ou outra instituição religiosa, bem como o público geral ou outros públicos, afirmada de uma forma que pode vir a ser julgada publicamente por autoridades e critérios disponíveis.<sup>52</sup>

Não obstante, a teologia pública hoje sofre com confusões em torno do esclarecimento terminológico de si e com críticas por parte de razões que a julgam questionável a partir de seu método teológico dentro da fé cristã. Destarte, é ainda questionada quanto à validade “pública de sua forma, linguagem e contexto” e quanto a manter-se ou não piamente fiel a tradição cristã. Além disso, também há quem considere a teologia pública totalmente desnecessária e infrutífera. Cabem, então, aos interessados e aos teólogos públicos debater e reconhecer profundamente as diferentes teorias, interpretações e possíveis desdobramentos da teologia pública, a fim de que não se tenha uma visão rasa e parcial do que ela realmente é, do que ela realmente é capaz.<sup>53</sup>

### Considerações finais

A teologia política (jurídica) do início do século (1922), protagonizada por Carl Schmitt e discutida por Erik Peterson, afirma que conceitos jurídicos são conceitos teológicos secularizados. Tal teologia foi, então, seguida de uma nova teologia política, a partir de Metz e Moltmann, este último transforma as críticas da teologia (ou religião) política tradicional em uma nova abordagem.

Terminologicamente, como seria possível evitar confusões quanto a esse nome já conhecido classicamente em épocas remotas da antiguidade pagã e também do cristianismo em que a teologia política servia ao poder e ideologia estatal, pura e primeiramente? Metz fala que é necessário despir-se do antigo sentido do que era o termo “político” antes do iluminismo. Agora, o “político” da teologia política refaz-se em termos libertadores e críticos, centrados na vida humana, sem o seu *ethos* ideológico.

---

<sup>51</sup> BREITENBERG, 2003. p. 59; STACKHOUSE, 2004.

<sup>52</sup> BREITENBERG, 2003. p. 66.

<sup>53</sup> BREITENBERG, 2003.

Metz afirma que a teologia não pode escolher alienar-se da sociedade e do mundo, visto que em seu cerne está a natureza de ser responsabilidade crítica da fé cristã. A teologia, em termos práticos e teóricos, está diretamente ligada a tudo que é social e político. Sua missão também se estende a responder e endereçar problemas públicos, de modo a zelar por direito e liberdade: ela deve ser “Teologia Política”.

Para Moltmann, a teologia política está em estreita ligação com a teologia da esperança. É a partir dessa esperança que a realidade se configura em realidade criativa, desde já frutífera. O futuro já é agora, a por meio da esperança contida nesse futuro o presente é transformado, guiado pela fé em Deus, cuja onipotência é incontestável.

Gibellini conclui que a Teologia política pode ser vista como um movimento teológico interconfessional, pois, se ocupa integralmente com o ser humano enquanto povo, ou seja, sua razão de ser é a vida real, autêntica e cotidiana de todas as pessoas, portadoras da promessa de libertação. Essa liberdade precisa ser assegurada a todos hoje em termos mais reais e sociais e menos teóricos e individuais.

Stackhouse reitera que Metz e Moltmann alicerçam “teologias políticas democráticas,” no sentido de que a pessoa religiosa não é a única a ser chamada a preocupar-se com questões públicas, mas as leis e diretrizes políticas devem ser olhadas e lapidadas a partir de um olhar ético e teológico, falam ambos de hermenêutica política do Evangelho.

A última análise recai sobre a distinção entre teologia política e teologia pública. Existem inúmeros pontos que as aproximam, mas essas duas instâncias não são sinônimas, ao passo que exibem suas peculiaridades. Teologia pública é “pública” porque contraria a ideia de que o “político” está acima do “público”. A sociedade em si é primeira. À política importa mais a sociedade e suas instâncias (também religiosas) do que a religião e a sociedade precisam da política. Digamos que a teologia pública coloca os pingos nos “is” no que tange a ordem natural da vida (pública), sem restrições, abrangendo todas as áreas da esfera pública, não só a política.

A teologia pública perpassa inúmeros campos da vida comum, adentrando áreas como a filosofia, direito, direitos humanos, economia, sociologia, ecologia, etc. e também veiculada naturalmente na esfera política e na mídia, hoje estando

intimamente ligada a teologia ética. A partir de sua abrangência, o termo tem gerado discussões e confusões quanto ao seu significado “final”. Exatamente por seu caráter realista, deve continuar sendo objeto de estudo e aprofundamento para que continue exercendo sua função de teologia genuinamente pública em um mundo plural e em constante transformação.

## Referências

BERGER, P. “Contributo alla sociologia di minoranze conoscitive”, In *Dialogo: Sociologia e religione*. Brescia: Morcelliana,.1969.

BREITENBERG, Harold. *To tell the truth: will the real public theology please stand up?* Journal of the Society of. Christian Ethics, ano 23, n. 2, p. 55-96, 2003.

GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.

MARTY, Martin E. *Politics, Religion and the Common Good*. San Francisco: Jossey – Bass Publisher, 2000.

MOLTMANN, JÜRGEN. *Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *On human dignity: political theology and ethics*. Philadelphia: Fortress Press, 1984.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

STACKHOUSE, Max L. Civil Religion, Political Theology and Public Theology. In: *Political Theology* 5.3 (July 2004): 275-293.

METZ, Johann Baptist. *Teologia Política*. Trad. Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1976.

\_\_\_\_\_. *Sulla teologia del mondo*. Brescia: Queriniana,1968.